

II Congresso de Estudos Rurais - Periferias e Espaços Rurais

Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo

Terceira, Açores, 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2004

Tema 3 - Usos e olhares: dos recursos ao património, coordenado pelo Prof. Doutor Hélder Fonseca.

O mundo rural e os novos desafios

Por Maria Antónia Pires de Almeida

1. Introdução:

Em Portugal assistiu-se ao longo dos séculos à construção de imagens da ruralidade, que foram variando consoante as necessidades estratégicas e o papel social dos seus utilizadores. Até meados do século XX o meio rural foi encarado invariavelmente como fornecedor de bens de consumo, desde produtos agrícolas, que incluem alimentos e matérias primas, até à água, aos combustíveis (lenha, carvão) e à caça. Hoje o meio rural português apresenta vivências alternativas. Depois de uma experiência de reforma agrária nos anos 70 e do impacto da Política Agrícola Comum, o que ficou foi a paisagem, gerida por uns poucos proprietários que ainda a querem rentabilizar, ou então o abandono puro e simples, fenómeno ao qual Immanuel Wallertstein chamou a "desruralização generalizada do globo"¹, com a consequente negligência que origina a destruição pelo fogo que se tem verificado, especialmente no Verão de 2003.

O que se encontra desde há alguns anos no meio rural português é uma nova utilização do espaço que abandonou a agricultura como actividade principal e oferece aos seus utilizadores uma função muito mais associada ao lazer e ao recreio, potenciando os recursos existentes para atrair uma população carente de estímulos que lhe permitam

¹ Na obra *Utopistics: or historical choices of the twenty-first century*, The New Press, New York, 1998.

libertar-se dum quotidiano urbano e repetitivo e propensa a uma certa nostalgia da natureza e do retorno ao passado. Progressivamente estas utilizações foram-se democratizando, o lazer em meio rural passou a abranger um leque mais vasto da população, incluindo os próprios habitantes do meio rural, agora com empregos sobretudo nas áreas dos serviços. Entre os novos usos salientam-se os passeios em todo o terreno; o turismo cultural em geral, que inclui o consumo de bens patrimoniais (desde o património edificado ao gastronómico, passando pelo artesanal e outros); a utilização dos cursos de água e albufeiras como praias fluviais e para desportos náuticos; e as actividades mais tradicionais como o termalismo, a caça e a pesca.

Ao mesmo tempo, a população rural teve de se adaptar e especializou-se em fornecer estes mesmos serviços, assistindo-se à transformação dos antigos "Lavradores" ou, mais recentemente, "Agricultores" em "Empresários agrícolas multifacetados", cujas novas funções incluem a hotelaria, a gastronomia, a organização de caçadas e passeios para os turistas urbanos, nostálgicos de um "passado" ou de uma "qualidade de vida" que eles nunca conheceram, não dominam, mas que lhes é vendida num pacote devidamente acondicionado segundo os padrões estabelecidos pelas regras comunitárias.

2. Contexto Histórico:

O desvio da população da agricultura para os serviços e especialmente dos concelhos rurais para os centros urbanos, aliado a factores como a alfabetização, que desmotivou a população para o desempenho de funções que são duras, difíceis e pouco interessantes do ponto de vista económico e de satisfação pessoal, tudo isto somado às novas características da agricultura portuguesa integrada na PAC - Política Agrícola Comum, criou um quadro do mundo rural que se afasta dos parâmetros que regeram estas comunidades ao longo de séculos. Se bem que os temas que afligem as zonas rurais no tempo presente possam ser encontrados na literatura científica do passado, desde os baixos índices de produção à desertificação humana das regiões e respectiva

necessidade de atrair mão-de-obra, passando pela falta de associativismo dos agricultores, etc., nada disto preparou as populações rurais para o panorama de total desincentivo da actividade agrícola e abandono dos campos que se tornou a realidade de todas as zonas rurais portuguesas no presente. A discussão sobre as causas desta situação que atinge diversas e vastas regiões europeias, e mesmo algumas de outros continentes, e as propostas para a sua solução estão na ordem de trabalhos de numerosos congressos e debates na área da Sociologia Rural² e em publicações recentes como por exemplo a obra *Portugal Chão*³.

No caso de grande parte dos concelhos alentejanos estes problemas assumem características particularmente graves que têm origens profundas. Desde sempre que se verificou nos meios rurais uma tendência para a emigração, especialmente, no caso desta região, para as áreas urbanas de Lisboa e arredores, enquanto que as regiões do Norte verificaram uma emigração muito mais virada para o estrangeiro. Qualquer destes tipos de emigração teve origem na procura de condições de vida mais favoráveis. Outro factor que teve um peso considerável no abandono das zonas rurais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, foi o aumento do acesso ao ensino e à instrução básica e secundária, que teve o efeito perverso de afastar as populações da actividade agrícola, criando os tais "aspirantes a pequenos burgueses" de que falava Basílio Teles⁴. Mas este "problema" não afectava apenas os filhos dos trabalhadores rurais ou dos artesãos, que geralmente não podiam aspirar a mais que uma "colocação" num serviço de baixa exigência do ponto de vista académico. Entre as elites o problema também se punha: muito raros eram os seus descendentes que depois de terem atingido um grau de habilitação médio ou superior podiam manter-se na região rural de origem exercendo

² Como por exemplo o *XXth Congress of the European Society for Rural Sociology - Work, Leisure and Development in Rural Europe Today*, realizado em Sligo, Irlanda, Agosto de 2003 e o *1º Congresso de Estudos Rurais*, em Vila Real, Setembro de 2001. Além de colóquios locais, como os dois que se realizaram em Avis sob os temas *História e Património do Concelho de Avis* e *Património Histórico, Biológico e Ecológico do Concelho de Avis. Evolução*, em Março e Novembro de 2003, respectivamente.

³ José Portela e João Castro Caldas (orgs.) - *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, 2003.

⁴ Para o autor, ensinar a ler era suficiente, e "ultrapassar este objectivo é crear pretendentes a empregos, aspirantes a pequenos burguezes...", Bazilio Telles - *O Problema Agrícola (credito e imposto)*, Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, Porto, 1899, pp. 199-202.

uma profissão compatível com as suas habilitações. Durante grande parte do século XX a população de cada concelho rural não sustentou mais que um advogado, um ou dois médicos, um farmacêutico e alguns veterinários. As câmaras e as estações dos correios nas vilas e as escolas nas diversas freguesias empregavam mais umas quantas senhoras que tinham completado o ensino secundário e algum curso técnico. E de resto quem tinha estudado e precisava de trabalhar tinha de ir para fora, pois em geral as casas agrícolas não sustentavam todos os seus filhos com o nível de vida adequado ao grupo em que estavam integrados.

3. A actualidade:

O panorama mantém-se: quem nasce no Alentejo (e cada vez nascem menos) geralmente emigra, e grande parte dos novos profissionais do ensino e dos serviços, desde os médicos aos bancários, passando pelos técnicos da câmara municipal, portanto todos os que no passado possuíam grande prestígio local (as elites dos serviços), não são naturais dos concelhos onde trabalham. Deixaram de ser as famílias da elite local a produzi-los. Estas pessoas de fora voltam "a casa" nos fins-de-semana e alguns não chegam sequer a criar laços sociais e muito menos familiares com a população residente, o que tem consequências negativas na vida social local, a qual simplesmente deixou de existir na maior parte dos casos. Estes factores acumulados contribuem para que a região alentejana não consiga "manter positivo o saldo fisiológico anual" e a população permanente se encontre extremamente envelhecida: a sua pirâmide de idades apresenta uma base muito reduzida e a maior parte da população é constituída por mulheres com mais de 60 anos⁵. Todo este cenário foi agravado pelo simples facto da escolaridade obrigatória ter, felizmente, aumentado o nível de exigência dos jovens. Quem completa o ensino básico (9º ano) ainda pensa em tirar a carta de tractorista ou montar uma oficina

⁵ A. Oliveira Neves e Paulo Pedroso - *Emprego, Formação e Desenvolvimento na Região do Alentejo*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 1997, p. 17 e Manuel Pisco - *Alguns Aspectos da Evolução Demográfica Portuguesa no Período 1981/1991*, 2º vol., "Distritos e Concelhos", MEPAT, Lisboa, 1993, p. 207.

de mecânico em complementaridade com o trabalho agrícola, mas quem acaba o ensino secundário (12º ano) ou avança para uma licenciatura nem quer ouvir falar em trabalhar na agricultura, e está muito mais interessado em experimentar a variedade de ofertas que os meios urbanos lhe proporcionam⁶. Este é um dos temas de maior discussão entre os naturais do Alentejo, pois as opiniões dos próprios dividem-se entre a alegria por os filhos terem estudado e conseguido uma vida melhor e a tristeza por assistirem à sua partida para longe⁷. A mesma ambiguidade se encontra no tema do despovoamento dos campos: as vilas que se transformaram em lares de terceira idade e os montes que estão abandonados, em contraste com um passado de muito trabalho nos campos, um tempo de grandes alegrias, mas também de grandes misérias que não se desejam a ninguém. Não há quem não lamente o estado de abandono das terras e não lembre com saudade, por exemplo, a beleza dos olivais bem podados e limpos, com as covas bem feitas. Porém, não só manter um olival é já muito pouco interessante para o proprietário (em alguns casos há até subsídios para os abater, além de que apanhar a azeitona por vezes nem compensa os custos⁸), como nenhum trabalhador rural deseja tão duro trabalho para o seu filho, nem o quer realizar ele próprio se para tal é contactado.

⁶ Filomena Mónica encontrou uma situação semelhante no Barreiro em 1991: "Por fora ficam iguais ao filho do patrão. Estas tendências democráticas não são apenas, é justo dizê-lo, fruto da Revolução de 1974. Nos finais da década de 1960, a emigração, o *boom* salarial, o prolongamento da escolaridade, a televisão, a música 'pop' e até as mensagens publicitárias minaram o país austero do dr. Salazar. Embora, num primeiro momento após o 25 de Abril, peso da carga ideológica possa ter atrasado o processo modernizador em comunidades como esta, o certo é que, nos últimos anos, as mudanças se aceleraram...". E no Algarve: "as divisas libertaram-nos da miséria ancestral (...) os filhos e os netos dos antigos camponeses já não têm de obedecer ao tiranete local, já não têm de beber por púcaros de barro, já não têm de dormir todos na mesma cama. Numa palavra, fazem o que lhes apetece", *Turista à Força*, Quetzal Editores, Lisboa, 1996, pp. 33, 177.

⁷ Recolha de memória oral realizada para a dissertação de doutoramento sob o tema *A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974 - 1977)*, tese de Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea (História Política e Institucional no Período Contemporâneo), aprovada no ISCTE em 21 de Julho de 2004 por unanimidade com a classificação de *Muito Bom com Louvor e Distinção*. Também na Beira José Manuel Sobral encontrou o mesmo tipo de inquietação: "Hoje, em contrapartida, a vida é muito melhor. Já não há fome, na opinião local, podem-se comer várias sardinhas e não dividir uma por toda a família. Todos andam calçados. (...) Mas também hoje se 'estraga', há droga, não se trabalha como antigamente, nem há a alegria do passado", "Memória e identidade sociais - dados de um estudo de caso num espaço rural" *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995, p. 310.

⁸ "O azeite sofre a concorrência de óleos muito mais baratos, o que tem como consequência um regime artificial de subsídios e limitações de produção", Mariano Feio - "O Clima do Alentejo, as Potencialidades para a Agricultura e a Grande Propriedade", *Economia e Sociologia*, nº 45/46, Évora, 1988, p. 13.

As gerações mais novas, descendentes dos trabalhadores rurais, enfrentam problemas graves se pretendem viver na freguesia ou no concelho onde nasceram, como a falta de oportunidades de emprego, sobretudo nos casos em que tiraram cursos técnicos muito específicos para os quais não há resposta a nível local. Estas situações não constituem novidade. O desemprego crónico nas regiões do interior do país é um problema que já tem algumas décadas e afecta as populações das regiões do interior em geral e do Alentejo em particular. Em 1991 o desemprego atingiu os 10,2% na região, destacando-se o desemprego feminino que atingiu os 18,8%, enquanto o masculino ficou em 5,2%⁹. Esta disparidade de género conjuga-se com a tradicional precaridade do emprego feminino na região e agrava a actual situação de dependência em relação ao Estado. Esconde também a realidade muito comum do emprego clandestino enquanto se está a receber o subsídio de desemprego ou o trabalho que se realiza durante alguns meses para se ter direito de novo ao mesmo subsídio, ou mesmo o trabalho compulsivo que os serviços da segurança social atribuem a quem está inscrito nas suas listas. Estar "no desemprego" tornou-se o modo de vida de grande parte da população feminina do interior do país, situação que Vale de Almeida classifica de emburguesamento, por assim a mulher aceder ao estatuto de dona-de-casa¹⁰, depois de algumas gerações a trabalhar fora. Face à evolução verificada ao longo do século XX, podemos dizer que a mulher alentejana descreveu um percurso circular, voltando à situação de *doméstica*¹¹. A diferença é que actualmente tem uma independência da família e do marido que não tinha no início do século, pois passou a ter um rendimento garantido pelo Estado. E quando realmente sai para trabalhar tem outros apoios sociais para a família, como os

⁹ No Alentejo em 1991 havia 6.921 pessoas a receber o subsídio de desemprego, dos quais 2.734 homens e 4.187 mulheres, o que dá uma proporção de 60% de mulheres para 40% de homens, *Recenseamento Geral da População*, INE, Lisboa, 1991.

¹⁰ Vale de Almeida - *The Hegemonic Male. Masculinity in a Portuguese Town*, Berghahn Books, Oxford, 1996, p. 47.

¹¹ Louise Tilly e Joan Scott descreveram um percurso em forma de U para as mulheres em França e Inglaterra: as mulheres destes países voltaram a trabalhar fora de casa quando se deu a explosão do sector terciário, voltando à "Family wage economy", o que pode aplicar-se às portuguesas em meio urbano; no entanto as mulheres portuguesas em meio rural voltaram a trabalhar sobretudo em casa, num sistema de "Family consumer economy", ver *Women, Work, and family*, Holt, Rinehart and Winston, New York, 1978, p. 229.

infantários e o apoio à terceira idade, serviços que em grande parte dos casos são fornecidos pela Misericórdia local.

No que diz respeito à actividade profissional na agricultura, esta continua a ser encarada como algo que desperta pouco interesse. Abundam nas fontes orais as comparações com os países "civilizados" do norte da Europa ou com a Austrália, onde o agricultor é um "profissional bem pago", instruído e orgulhoso do seu trabalho. Em Portugal, por mais que se tente valorizar a profissão, é frequente ouvir o lamento sobre a falta de dignidade que é atribuída ao trabalho do campo, o que inevitavelmente afasta qualquer pretendente, sobretudo quando continuam as disparidades com as outras profissões, tanto ao nível das remunerações do salário e dos rendimentos obtidos, como no que diz respeito ao prestígio social que a agricultura definitivamente nunca conferiu em Portugal. Essa é uma das razões porque há trabalhos nas zonas rurais que "ninguém quer fazer" e que recentemente têm sido realizadas por pessoas da etnia cigana e por emigrantes de países de leste. Estes últimos constituem a nova mão-de-obra barata e disponível que passou a exercer funções há muito abandonadas pelos trabalhadores rurais, como por exemplo o trabalho de "caseiro" que dá direito à utilização de uma casa como parte do salário, algo que há muito nenhum alentejano aceita, desde que conseguiu "casa própria".

Chega-se então a uma situação na qual, entre reformados e desempregados, os poucos que trabalham dedicam-se ao comércio e aos serviços sociais e pessoais prestados à colectividade, sectores que registam no Alentejo índices de evolução "bastante significativos" a nível do emprego. Oliveira Neves e Paulo Pedroso detectaram no Alentejo o aumento do número de estabelecimentos empresariais nas seguintes áreas: indústrias extractivas; construção civil; bancos, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; comércio por grosso, a retalho, restaurantes e hotéis (aproveitando as potencialidades turísticas)¹². Nos anos 80 assistiu-se à explosão de cafés, pastelarias e restaurantes e de lojas de utilidades e alimentação. Quase sem

¹² A. Oliveira Neves e Paulo Pedroso - *op. cit.*, pp. 45, 47.

excepção, os emigrantes que voltaram à terra depois de uma vida de trabalho no estrangeiro construíram uma casa e abriram uma loja de produtos alimentares¹³, os chamados "supermercados", mas com dimensões muito diminutas, onde são vendidos sem excepção produtos de fora da região e que estão limitados pelos factores descritos por Batista Barreta no seu estudo sobre o comércio a retalho numa freguesia do concelho de Marvão:

- a) envelhecimento da população associado ao decréscimo populacional;
- b) concorrência exercida pelas grandes e médias superfícies comerciais, favorecida por uma maior mobilidade das populações e pela disponibilização, por parte das grandes superfícies, de transporte gratuito periódico, assim como a concorrência dos vendedores ambulantes e pelas feiras semanais ou mensais;
- c) obsolescência e desajustamento das condições da oferta face aos novos padrões e solicitações do consumidor, sendo usual, na maioria das situações, depararmos com lojas que criam a clara e estranha sensação de "terem parado no tempo"¹⁴.

Nos anos 90 outro fenómeno veio alterar as regras do comércio local: a instalação de hipermercados nalgumas capitais de distrito e de concelho, com o respectivo transporte pago para as diferentes freguesias. Com a possibilidade de praticar preços muito mais baixos, estas cadeias internacionais constituíram um factor de desaparecimento de algum comércio tradicional local, cujas consequências se fizeram sentir o aumento das situações de desemprego e reforma antecipada. Ao mesmo tempo, devido à concorrência que iniciaram, contribuíram para a modernização de algumas das unidades que lutaram pela sobrevivência. Alguns cafés e as novas pastelarias e restaurantes adquiriram as características de "ruralidade virtual" magnificamente descritas por Miguel Vale de Almeida, adoptando nomes ligados às actividades tradicionais da região, sobretudo à caça, ou remetendo aos antigos locais de convívio dos grupos mais populares. Na falta de vantagens comparativas ligadas à qualidade ou ao

¹³ Em Baleizão estes "novos-ricos" distinguem-se "pelo seu maior poder de compra, mesmo de parcelas de terra, melhor habitação e desempenham já um papel importante no comércio local", Carlos Alberto Oliveira e Maria Leonor Pereira - "O Viver de Baleizão", *Economia e Sociologia*, Universidade de Évora, nº 32, 1981, p. 97. Ver também Carmina Cavaco - *Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências*, Finiserra, Lisboa, 1999.

¹⁴ Batista Barreta - "Comércio a retalho em espaço rural", *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, p. 883.

preço, foram potenciadas por estas unidades outro tipo de características ligadas à tradição, à história e ao património. Todos fazem questão de servir gastronomia regional popular, geralmente adulterada com ingredientes “modernos” que nada têm a ver com a região. Aparentemente estes empresários não compreendem que apresentar pacotes de manteiga e de pastas de sardinha é uma incongruência no local de origem do azeite e da banha de porco. E as respectivas decorações não passam de cacofonias “de uma etnografia espontânea da acumulação e da colecção”¹⁵. Por outro lado, se por vezes assistimos a situações que tocam o ridículo, não podemos deixar de louvar o esforço.

4. A propriedade agrícola:

No Alentejo, depois da reforma agrária, o panorama da propriedade agrícola sofreu uma evolução interessante. Quando receberam as suas reservas, os agricultores depararam-se com circunstâncias muito diferentes das que tinham conhecido até 1974. O ambiente social permaneceu hostil por muitos anos ainda. E não só a hostilidade se manifestava reciprocamente entre o grupo dos proprietários e rendeiros e o dos trabalhadores (nem os primeiros queriam contratar os segundos que os tinham ocupado, nem estes queriam trabalhar para os primeiros), como toda a actividade agrícola apresentou dificuldades novas com as quais foi e continua a ser muito difícil lidar.

Depois de terem passado o período das ocupações inactivos, no caso dos proprietários e rendeiros mais velhos, ou a seguir percursos sócio-profissionais alternativos à agricultura (e já não complementares como era normal até então), alguns proprietários simplesmente desistiram e venderam as suas terras, por norma aos antigos rendeiros. Nos casos em que a propriedade se manteve nas mesmas famílias, tal como antes pelo menos um membro de cada uma das antigas famílias das elites fundiárias voltou a dedicar-se a tempo inteiro à agricultura, abandonando a sua carreira profissional ou acumulando-a com a gestão do património familiar, nos casos em que isso

¹⁵ Miguel Vale de Almeida - “Do rural real ao rural virtual: o café da aldeia como ilustração”, in Joaquim Pais de Brito e Oliveira Baptista (coords.) - *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 1996, p. 506.

foi possível. Alguns proprietários contrataram gestores agrícolas, licenciados em Agronomia ou afins, para exercerem as funções mais especializadas que as novas empresas exigem no quadro de uma economia de mercado que compete a nível mundial; além de, no âmbito das novas exigências fiscais e financeiras, terem sido obrigados a empregar os serviços de contabilistas ou entregar essas funções a empresas exteriores.

Para estes agricultores descapitalizados e longe de receber as indemnizações que lhes tinham sido prometidas, o reinício da actividade foi um doloroso processo que implicou investimentos massivos em infraestruturas e equipamentos que lhes tinham sido devolvidos em avançado estado de degradação. Não podemos esquecer que em meados dos anos 80 as próprias UCP já não tinham meios para manter as explorações agrícolas sob sua administração com a qualidade necessária, pois estavam assoberbadas de encargos extraordinários com a mão-de-obra e com as dívidas que tinham contraído. E se as UCP precisaram do crédito agrícola de emergência para fazer face aos salários que pagavam, os proprietários também tiveram de recorrer a esse dispositivo, neste caso para reinvestir em máquinas, instalações, gado, sementes, enfim, as necessidades mais básicas de uma actividade que pretendiam tornar duradoira.

Mas os problemas não se resumiram ao financiamento. A entrada de Portugal na CEE e a integração da agricultura portuguesa na PAC alteraram por completo o enquadramento económico da actividade agrícola em Portugal¹⁶. De um proteccionismo com características de defesa do produto e do consumidor nacionais passou-se para um proteccionismo muito mais abrangente e cujos interesses não são especificamente os de Portugal ou dos portugueses, mas os das regiões mais desenvolvidas de uma Europa que se encontrava claramente noutra estágio a nível da produção agrícola, da colocação de produtos no mercado, da constituição de grupos de pressão, enfim, de todos os factores

¹⁶ Oliveira Baptista escreveu que a adesão de Portugal à CEE "alterou substancialmente o referencial de apreciação do lugar da agricultura no sistema económico. Assim, passou-se a privilegiar a sua competitividade no quadro das agriculturas europeias e diminuiu a ênfase na avaliação do seu contributo para o desenvolvimento interno", *A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia*, *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994, p. 918.

que Portugal definitivamente não dominava nos anos 80 (e que actualmente ainda tem muitas dificuldades em dominar).

Para os grandes proprietários a conjuntura ainda pareceu favorável por alguns anos. O enquadramento político entre 1986 e 1996 foi "particularmente propício à convergência económica devido a três factores, a saber, a adesão à CEE, a estabilidade governativa a partir de 1987 e a revisão constitucional de 1989. (...) Portugal teve acesso a meios vantajosos de convergência económica comunitários, tais como os fundos estruturais e os fundos de coesão, instituídos em 1988". Verificou-se a "estabilidade macroeconómica"¹⁷. Desde a assinatura do Tratado de Adesão à CEE no dia 12 de Junho de 1985, a agricultura portuguesa preparou-se para grande mudanças, veiculadas pelos programas comunitários criados para o efeito. No âmbito do Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA), na sua vertente de Orientação, foi criado o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP)¹⁸, com um prazo de execução de 10 anos, entre 1986-1995, e um montante de comparticipação financeira de 130 milhões de contos. O montante do investimento associado foi de 210 milhões de contos e os objectivos principais eram a correcção das deficiências estruturais da agricultura portuguesa e a melhoria das condições envolventes da produção e comercialização agrícolas. Entre os objectivos iniciais da PAC, descritos no artigo 39º do Tratado de Roma, salientam-se: aumentar a produtividade, assegurar a subsistência e a segurança do abastecimento, preços razoáveis ao consumidor, aumentar os rendimentos e o nível de vida dos agricultores. Para conseguir atingir tais objectivos em Portugal, foram canalizados financiamentos para:

- Melhoria da eficácia das estruturas agrícolas: compra de reprodutores de qualidade; controlo do rendimento e descendência dos touros; utilização da

¹⁷ Marina Costa Lobo - "Portugal na Europa, 1960-1996 - uma leitura política da convergência económica", in António Barreto (org.) - *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, vol. II: "Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia", Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2000, p. 634.

¹⁸ Ver Regulamento CEE nº 3828/85, de 20/12/1985, o Decreto-Lei nº 96/87 de 4/3/1987, e as Portarias nº 249/87 de 31/3/1987, nº 259/87 de 2/4/1987, nº 8/88 de 6/1/1988, nº 9/88 de 6/1/1988, nº 195/88 de 25/3/1988, nº 193/88 de 25/3/1988, nº 196/88 de 25/3/1988, nº 205/88 de 31/3/1988, nº 570/88 de 20/8/1988, nº 817/88 nº 17/12/1988, nº 6/89 de 4/1/1989, nº 16/89 de 10/1/1989, nº 329/89 de 8/5/1989.

inseminação artificial; criação de agrupamentos de defesa sanitária; reestruturação do olival; protecção e melhoria do ambiente; dinamização das associações agrícolas.

- Melhoria da habitação nas explorações agrícolas.
- Melhoria das estruturas fundiárias: emparcelamento; cessação da actividade agrícola.
- Melhoramentos físicos: obras colectivas de rega; drenagens; electrificação agrícola e rural; abastecimento de água às explorações e povoações; caminhos agrícolas e rurais.
- Melhoramentos fundiários: promoção de novos produtos agrícolas, com prioridade aos produtos não alimentares; qualidade / diversificação agrícolas; Preparação de terras; melhoramentos de prados e pastagens; protecção dos solos...
- Medidas florestais: arborização e beneficiação de florestas; prevenção de luta contra os incêndios...

O Alentejo recebeu nesta primeira fase 25% destas ajudas, canalizadas em grande parte para grandes obras de vedações, estradas, electrificação de montes e sedes de lavoura. No entanto, se em toda a Europa, pelo menos em teoria, se desenvolveu o conceito de "Small is beautiful" (pequenas e médias empresas instaladas no espaço rural), aparentemente foram as grandes explorações as mais beneficiadas. Este efeito perverso resulta da falta de capacidade associativa das pequenas explorações e da respectiva dificuldade de canalização dos recursos disponíveis e dos subsídios. E principalmente da maior capacidade que os grandes proprietários detêm para controlar os mecanismos de atribuição dos subsídios e os investimentos iniciais que são necessários para o início dos respectivos processos. Por esse motivo o discurso legislativo actual é todo dirigido para a formação de associações de agricultores¹⁹ e as respectivas OP - Organizações de Produtores - ou cooperativas são beneficiadas em detrimento dos produtores individuais. Existem também diversas disposições legais que visam a melhoria da eficácia das estruturas agrícolas²⁰. Entre estas salienta-se o combate ao envelhecimento da população activa agrícola portuguesa e ao risco de desfasamento do meio rural face ao meio urbano, iniciado com os Decretos-Lei nº 513-

¹⁹ Já em 1904 D. Luís de Castro escrevia que o mal da agricultura portuguesa era a "pulverização dos indivíduos, isolados, diminuídos aos pés do Estado e incapazes de se associarem espontaneamente em volta de um interesse comum", do prefácio à obra de Pedro Ferreira dos Santos - *Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal*, Bibliotheca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, 1904.

²⁰ Formalizadas com o Regulamento CEE nº 797/85, de 12/3/1985 e transpostas para a lei portuguesa.

E/79, de 24 de Dezembro, que definiu o regime de instalação do "Jovem Agricultor", e o nº 513-J/79, de 26 de Dezembro, que definiu agricultura de grupo, "uma modalidade de associativismo agrícola de produção resultante da associação de um número limitado de agricultores, sendo proprietários ou não e ou trabalhadores agrícolas".

A nova categoria de "Jovem Agricultor" criou as condições que possibilitaram a preparação profissional e a integração na empresa agrícola, individual ou associativa, dos jovens que optassem pela actividade agrícola. Em resumo, foi criado um subsídio de instalação²¹ e uma linha especial de crédito aos jovens que pretendiam estabelecer-se como agricultores com base em património familiar (sem o acordo familiar, teriam de comprar terras ou arrendar). O mérito desta legislação encontrava-se no objectivo de incentivar os agricultores mais idosos a entregarem aos filhos a responsabilidade da gestão da agricultura, partindo-se do princípio que estes se adaptariam com mais facilidade às novas realidades técnicas e burocráticas, sobretudo porque eram obrigados a apresentar um certificado de qualificação profissional por curso de formação de pelo menos 400 horas, além de um projecto de exploração viável e aprovado pelo serviço regional do Ministério da Agricultura e Pescas. A medida mostrou ser um sucesso a nível dos resultados oficiais. No entanto, José Reis questionou as elevadas percentagens que se encontraram neste grupo no início dos anos 90: significariam elas um rejuvenescimento da profissão (o que seria muito positivo) ou apenas uma situação artificial criada pelo desejo de ver este projecto triunfar?²² No que me foi permitido observar no Alentejo, a nova categoria profissional constituiu um incentivo aos filhos dos grandes proprietários para retomarem uma actividade que já estaria perdida para o nível etário em questão. Os subsídios e linhas de crédito foram utilizados à exaustão, tendo em conta que o limite máximo foi alargado para os 45 anos. Mas só neste grupo que já possuía terras ou que estava em processo de recuperação das terras

²¹ Segundo o art. 6º da Lei nº 42/80, de 13/8/1980, que ratificou o Decreto-Lei nº 513-E/79, de 24/12/1979, o subsídio de instalação na empresa agrícola podia atingir 40 vezes o salário mínimo nacional. O estatuto de jovem agricultor foi reforçado por legislação posterior diversa e teve especial destaque na *Agenda 2000*, baseada no Regulamento nº 1257/99, de 17/05/1999.

²² José Reis - "Intégration européenne. Un nouveau dualisme dans l'agriculture", *Portugal 1974 - 1994, Peuples Méditerranéens*, nº 66, Jan.-Mar. 1994, p. 145.

expropriadas. Muito raros foram os casos de jovens agricultores em pequenas propriedades ou em terras arrendadas, pois provavelmente este processo não foi considerado suficientemente atractivo ou mesmo viável do ponto de vista de um grupo de pessoas que teriam de abandonar outras profissões melhor remuneradas.

Quanto aos financiamentos directos aos agricultores de todas as idades, os *subsídios* da CEE, o mesmo autor comentou que estes trouxeram à agricultura portuguesa um "novo dualismo": numa primeira fase, a integração europeia deu um novo fôlego à agricultura portuguesa, sobretudo com a injeção de meios financeiros importantes, investimentos nas infraestruturas das explorações agrícolas, etc.; porém as injeções de dinheiro nas explorações agrícolas tiveram apenas um impacto parcial e atingiram sobretudo as categorias de agricultores que produzem a maior parte dos recursos nacionais, o que excluiu a massa de agricultores que não têm acesso às políticas agrícolas²³. Este tema tem sido alvo de discussões intermináveis sobre o impacto dos fundos estruturais na agricultura portuguesa, especialmente nos anos 90, quando o Alentejo recebeu mais de 50% de todas as ajudas. Por exemplo Francisco Avillez acentuou o "decrécimo acentuado nos preços reais da maioria dos produtos agrícolas (...) quebra nos rendimentos dos agricultores portugueses (...) um enorme crescimento do investimento agrícola de âmbito colectivo e empresarial cuja natureza e distribuição regional e empresarial tenderam a reproduzir, no essencial, as tendências de evolução predominantes no período anterior à adesão"²⁴. Na mesma linha Michel Drain afirmou que a adesão à CEE e a política intervencionista por ela imposta revelou-se "ineficiente,

²³ *Ibidem*, p. 147. Jorge Caleiras referiu que "o abandono das explorações (em particular as de pequena e média dimensão) ou o baixo nível de competitividade da produção, são apenas alguns dos sintomas da má situação em que ficou a agricultura nacional", "Sobre a Conflitualidade Rural em Portugal no Primeiro Decénio de Integração Europeia. Algumas Reflexões com Ilustração Empírica", *1º Congresso de Estudos Rurais "Mundo" Rural e Património*, Vila Real, Setembro, 2001.

²⁴ Em resultado dos subsídios concedidos no âmbito do Regulamento CEE nº 2328/91, que tiveram como característica principal uma "clara concentração das ajudas atribuídas em três das regiões agrícolas do continente, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Entre Douro e Minho, que representaram cerca de 60% das ajudas totais", Francisco Avillez - "Impacte dos fundos estruturais na agricultura portuguesa", *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), 1992, p. 691-694. Este autor apresenta dados que demonstram que o Alentejo recebeu a maior percentagem (53,4%) de subsídios para explorações com mais de 100 ha e que entre os investimento aprovados também no âmbito deste regulamento, o Alentejo teve as mais altas percentagens na secção dos investimentos em máquinas e equipamentos (53,4%) e em animais reprodutores (12%).

chegando mesmo a reforçar ainda mais a burocracia e a desencorajar as iniciativas dos produtores²⁵ e que Portugal continua com o mesmo sistema agrário estagnado²⁶. Vítor Dordio e José Zorrinho acrescentaram que "as medidas de implementação e funcionamento do crédito agrícola foram tomadas isoladamente, não sendo apoiadas por outras igualmente necessárias e complementares daquelas (afinal uma política agrícola integrada), de tal modo que o resultado foi o seu fracasso, ou quando muito uma eficácia limitada ou mesmo nula"²⁷.

Por outro lado, Scott Pearson afirmou que os agricultores portugueses responderam às alterações de preços, pouparam, investiram, alteraram tecnologias e prosperaram²⁸. Além disso, segundo Elisa Ferreira, "Portugal tem-se revelado surpreendentemente eficiente no *saque* das verbas a que tem direito. (...) relativamente ao FEDER, Portugal tem conseguido ultrapassar o limite mínimo a que tinha direito...". Esta autora conclui que "foi a adesão à CEE que forçou Portugal a assumir a questão regional, sob pena de ficar marginalizado relativamente a um importante recurso financeiro da Comunidade: o FEDER"²⁹.

Definitivamente, grande parte dos agricultores alentejanos "sacaram" todos os subsídios que conseguiram. Electrificaram os montes³⁰, vedaram as herdades e introduziram tudo o que era necessário para o funcionamento de exploração agrícolas com as mínimas condições de modernidade. Também renovaram o parque de máquinas agrícolas, o qual passou a incluir os *jeeps* que se tornaram a referência obrigatória do grupo em causa, em substituição dos antigos *Mercedes*, que definitivamente passaram

²⁵ Michel Drain - *A Economia de Portugal*, Difel, Linda-a-Velha, 1995, p. 99.

²⁶ *Idem* - "L'Agriculture Portugaise. Evolution et Perspectives", *Portugal 1974 - 1994, Peuples Méditerranéens*, nº 66, Jan.-Mar. 1994, p. 106. Ver também Francisco Cabral Cordovil - "A (sócio)economia da agricultura portuguesa nos anos 80: factos e ideias", *Análise Social*, vol. XVIII (121), 1993, pp. 187-233.

²⁷ Vítor Dordio e José Zorrinho - "Crédito Agrícola em Portugal: seu uso e gestão", *Economia e Sociologia*, nº 40, Évora, 1985, p. 38.

²⁸ Scott R. Pearson *et. all.* - *Portuguese Agriculture in Transition*, Cornell University Press, Ithaca e Londres, 1987.

²⁹ Elisa Maria Ferreira Taveira - *O Desenvolvimento Regional em Portugal no Contexto da CEE - Lições do passado e perspectivas para o futuro*, Curso de Estudos Europeus - Variante Económica, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1990, pp. 8-18. Ver Regulamento CEE nº 1787/84, de 19/06/1984.

³⁰ Portaria nº 205/88 de 31/3/1988.

de moda entre as elites rurais. E reduziram drasticamente a mão-de-obra, alegando que os seus custos sociais se tornaram insustentáveis.

Apesar de todas estas vantagens, as grandes alterações culturais promovidas pela PAC constituíram motivo de grande instabilidade para estas novas gerações de agricultores. A ansiedade domina o discurso deste grupo: do cereal para as ovelhas, do girassol para os bovinos³¹, o olival que se arranca para replantar³², o montado que se protege³³, mas cujos preços da cortiça flutuam de mais, tudo isto a somar aos trabalhadores que são caros e que não se encontram quando são necessários, aos preços dos combustíveis (mesmo com o subsídio do gasóleo agrícola) e da manutenção das máquinas, ao subsídio que só vem depois de grandes investimentos prévios, ao famoso *set-aside* que confunde qualquer agricultor que não compreende muito bem como é que lhe pagam para ele não produzir ou para se reformar antecipadamente³⁴.

Grandes ou pequenos, os proprietários agrícolas apresentam-se sem excepção descontentes e até desorientados com a intromissão, na prática obrigatória, da PAC na sua actividade económica. De agricultores, passaram a ter uma nova actividade de

³¹ Carlos Almeida e Amílcar Serrão explicaram as vantagens da introdução dos bovinos de carne na região, por serem os mais adaptados aos solos em causa, "Planeamento da actividade agro-pecuária numa exploração-tipo da região de sequeiro de Évora", *Economia e Sociologia*, nº 60, Évora, 1995, pp. 109-110. Isto recuperou o discurso de Mariano Feio e Joaquim Sampaio, que já em 1961 defendiam a melhoria das pastagens e a introdução do gado numa das folhas da rotação, acompanhado pela subida do preço da carne com o apoio do Estado, para que o consumidor pagasse apenas metade, *Possibilidades da Agricultura de Sequeiro no Alentejo. A rotação experimental no Posto de Évora*, 2ª ed., Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, Beja, 1961, p. 28.

³² Ver, por exemplo, a Portaria nº 259/87 de 2/4/1987.

³³ Segundo a descrição de Mariano Feio, são privilegiadas as árvores de crescimento lento (sobreiros, azinheiras e pinheiros mansos), o pinheiro bravo no norte e as matas de eucaliptos, *op. cit.*, p. 84.

³⁴ Ver Regulamentos CEE nº 1094/88 e nº 1096/88 de 25/4/1988. Para aprofundar o impacto desta política do *set-aside* ver Manuel Rebocho e Amílcar Serrão que concluíram que o rendimento pode aumentar em 60% através da adopção da tecnologia ovina mais eficiente e pelo acréscimo do efectivo ovino para o máximo tecnicamente aceitável; em 70% pela adopção de um efectivo bovino explorado segundo a melhor tecnologia e a venda dos novilhos ao desmame; e em 108% pela recria e engorda dos novilhos nascidos na exploração, "Avaliação do Impacte da Reforma da política Agrícola Comum na Região Alentejana", *Economia e Sociologia*, nº 60, Évora, 1995, pp. 91-108. Oliveira Baptista reflectiu sobre este tema do seguinte modo: "com o anunciado e esperado declínio da agricultura, está previsto no quadro da nova PAC que os grupos sociais ligados à posse da terra recebam rendas, pagas pelos cofres públicos, sem produzir. Ou seja, é a propriedade privada da terra a surgir, despida de qualquer alibi produtivo, como recebedora de rendas. Regressa, assim, embora por outro caminho e noutro contexto, a questão da legitimidade económica de rendimentos fundiários decorrentes apenas da condição de proprietário", *op. cit.*, p. 920.

"administradores de subsídios", e o que "salva" os maiores proprietários é ainda e sempre a cortiça, que "tapa os buracos" criados pelas restantes produções, em geral deficitárias.

Os avanços e recuos dos preços dos produtos e a gestão das directivas europeias ocupam praticamente todo o tempo destas pessoas que cresceram no campo e foram obrigadas a adaptar-se a práticas que claramente não são do seu agrado. Mas que integraram perfeitamente por pura sobrevivência, assim como toda a filosofia da nova PAC, promovida desde a reforma introduzida com o Regulamento Europeu nº 2078/92. Em resumo, a Comissão Europeia reconheceu que as concepções de desenvolvimento até então traçadas pela antiga PAC tinham levado à desertificação social, económica e cultural de áreas marginalizadas pelas políticas de modernização agrícola e à degradação da paisagem natural europeia. Ao espaço rural foram então atribuídas novas funções regeneradoras, e, para o seu desenvolvimento sustentável, promoveu-se a diversificação das actividades aí desenvolvidas, em especial as não agrícolas, como por exemplo o turismo e o artesanato, com os objectivos de assegurar a manutenção das comunidades rurais e preservar os ecossistemas e as paisagens construídas pela agricultura³⁵. A expressão mais utilizada desde então é a da "multifuncionalidade do espaço rural" que, em princípio, seria geradora de novos recursos e de melhoramentos das condições de vida das populações.

5. O turismo em espaço rural e a caça:

Estes temas já tinham sido aflorados por alguns autores que se destacaram do discurso oficial das "subsistências" e do incentivo à produção agrícola. No mesmo ano em que se planeava a Campanha do Trigo, Jaime Lopes Dias, um etnógrafo, pedia para a Beira o mesmo que actualmente se pede para o Alentejo: propaganda e turismo, melhoria

³⁵ São estes os principais objectivos do Regulamento nº 2078/92, no qual os agricultores são encorajados a desenvolverem práticas agrícolas consentâneas com a preservação e conservação ambiental, sendo compensados por ajudas directas que cobrem os custos e as perdas de rendimento, ver desenvolvimento em

das vias de comunicação, assistência, ensino e crédito agrícola³⁶... E assim como em 1976, em plena reforma agrária e numa conjuntura de aumento da produção, Gonçalo Ribeiro Teles clamava pela nova função do agricultor como o "construtor da paisagem rural e guardião da Natureza" e "escultor e arquitecto da paisagem", que tem direito "a ser pago pela sociedade como construtor, defensor e gestor da paisagem rural"³⁷, também agora encontramos Oliveira Baptista a descrever este grupo como "jardineiros da natureza", que "cuidam da terra sem terem como móbil a produção para o mercado". A diferença é que para este autor as novas funções são consideradas um factor negativo da reforma da PAC, por provocar a "crescente dependência alimentar" de Portugal em relação aos restantes países da União Europeia³⁸. De facto, "a agricultura continuou a perder peso no conjunto da economia, correspondendo-lhe agora 18% da população activa e 6,5% do produto interno bruto. A área agrícola continuou a retrair-se" e, sem dúvida, "uma parte significativa do território deixava de ser terra a voltava a ser espaço"³⁹.

A terra como *espaço* recuperou parte da função de lazer que tinha tido até ao século XIX em exclusivo para as elites, e depois com alguns intervalos no século XX quando foi utilizada intensivamente para uma agricultura que não conseguiu sustentar. As grandes diferenças introduzidas no final do milénio no Alentejo foram o alargamento do espectro social que o utiliza para esse fim e a tomada de consciência da perecibilidade do meio ambiente e da necessidade de o preservar para a sua própria sobrevivência. Num meio rural envelhecido e despovoado, quase completamente concentrado nas vilas e aldeias, o campo que as separa tornou-se o grande atractivo para uma certa população

Vivélinda Guerreiro - "As Medidas Agro-Ambientais nas Políticas de Desenvolvimento Rural: Um Estudo de Caso", 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16-18 de Setembro, 2001, publicação em CD.

³⁶ Jaime Lopes Dias - *Aspirações e Necessidades da Beira*, Tip. Portela Feijão, Castelo Branco, 1928.

³⁷ Gonçalo Ribeiro Teles - *Reforma Agrária. O Homem e a Terra*, Edições PPM, Lisboa, 1976, pp. 11, 22.

³⁸ Oliveira Baptista - *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Fora do Texto, Coimbra, 1993, pp. 91-92.

³⁹ *Idem* - "A agricultura e a questão da terra...", *op. cit.*, p. 919. E acrescentou: "Portugal transforma-se assim num espaço onde algumas pequenas ilhas de agricultura intensiva se encontram rodeadas por um mar de áreas florestadas, abandonadas ou aproveitadas de modo muito extensivo", *idem* - *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*...

urbana nostálgica⁴⁰ e carente de ambientes despoluídos, onde se praticam actividades alternativas⁴¹.

"A natureza e o ambiente deixam de ter a função de produto agro-silvo-pastoril, prevaemente no passado, para adquirir uma representação estética e lúdica pelos novos protagonistas urbanos e institucionais, uma concepção de território diametralmente oposta à que tradicionalmente assumiam os velhos residentes das aldeias, para quem o solo constituía basicamente um factor produtivo"⁴².

Se bem que os poderes públicos, em particular autárquicos, detenham grande parte dos meios para assegurar a atracção dos visitantes ou mesmo de novos habitantes para o meio rural, cabe no entanto aos proprietários das terras a responsabilidade da manutenção da paisagem rural, sua limpeza e embelezamento, para transmitir a imagem de natureza domesticada que se pretende para contrabalançar com a vida urbana. Assim, depois de séculos como produtor agrícola, olivicultor, viticultor, cerealicultor e criador de gado, em suma, *lavrador*, ou, mais modernamente, *agricultor* e mesmo *empresário agrícola*, o grande proprietário ou rendeiro de terras no Alentejo passou a ser um *jardineiro* que geralmente acumula esta função com a de *estalajadeiro* e criador de espécies cinegéticas para alimentar o fenómeno crescente do turismo de habitação em espaço rural e da caça, muito beneficiado com a melhoria das vias de comunicação que diminuíram consideravelmente as distâncias. Os novos hóspedes⁴³ e caçadores procuram experimentar em poucos dias "a vida no campo", querem respirar ar puro e mostrar aos filhos os bucólicos campos verdes ou amarelos (consoante a estação) bem tratados com

⁴⁰ David Lowenthal diz que se vive uma "eco-nostalgia crisis": "Nostalgia is today the universal catchword for looking back. It fills the popular press, serves as advertising bait (...) If the past is a foreign country, nostalgia has made it the foreign country with the healthiest tourist trade of all", *The past is a foreign country*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985, p. 4.

⁴¹ Também sobre tema Gonçalo Ribeiro Teles tinha proposto em 1976 a "integração, nas estruturas biofísicas, do recreio ao ar livre e da protecção do meio natural (protecção da Natureza). A criação de zonas de recreio e de contacto com a Natureza (...) no meio rural conduz à criação de parques e reservas naturais, de caminhos de peões, de infraestruturas de equipamento cultural e recreativo, de praias, albufeiras, lagoas e de montanhas...", *op. cit.*, p. 108.

⁴² António Ferreira Cardoso - "Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais", 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16 a 18 de Setembro 2001, publicação em CD.

⁴³ Os turistas, "no contexto do turismo rural e ofertas similares, são designados por visitantes ou hóspedes. Pretende-se classificar por oposição ao turismo massificado, marcando claramente a distinção", Graça Joaquim - *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem*

rebanhos de ovelhas a pastar ou manadas de vacas bem alimentadas, as oliveira podadas e os sobreiros descascados com o tronco em sangue. A natureza e a paisagem rural são assim reinventadas não só para a actividade económica que nela se desenrola, mas também para cativar uma população que a visita, não dispensando, porém, todos os confortos da vida moderna, em alternativa aos habituais polos de atracção turística do litoral que se encontram muito congestionados. Habitualmente estes turistas querem ver "como se fazia" e "como era dantes", o que obrigou, em muitos casos, a uma nova complementaridade entre a agricultura e actividades como a culinária, o artesanato, a criação de animais e outras.

Assim, depois de electrificarem e vedarem as suas explorações agrícolas e de reiniciarem uma actividade que já não lhes proporciona os rendimentos que abundavam na geração anterior, alguns proprietários de terras dedicaram-se ao turismo em espaço rural e ao aproveitamento das potencialidades cinegéticas das suas herdades. Utilizando a estrutura fundiária que possuíam, rentabilizaram o espaço de uma nova forma, optimizando o seu potencial através da obtenção de maior valor acrescentado para as suas produções e serviços. Ao mesmo tempo desenvolveram e preservaram os seus patrimónios, tanto o património físico construído, que se encontrava na maior parte dos casos em situação de extrema degradação⁴⁴, como o património florestal e animal, o que ajudou à consolidação das suas empresas agrícolas, pois verificaram que uma exploração que se limite aos padrões agrícolas e pecuários do passado fica bastante limitada. Utilizando os incentivos legais⁴⁵ e os respectivos financiamentos, vários montes foram recuperados para este fim em todo o Alentejo. Em quase todos os casos os seus proprietários são agricultores activos que mantêm o montado, a agricultura e a pecuária como actividades principais. A actividade turística complementa a agricultura, mas de

sociológica do fenómeno turístico, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, orientada pelo Prof. Doutor Afonso de Barros, ISCTE, Lisboa, 1994, p. 41.

⁴⁴ "a recuperação e conservação do património pessoal e familiar representa a motivação claramente dominante no envolvimento como TER", *ibidem*, p. 82.

⁴⁵ Ver Decretos-Lei nº 251/84 de 25/7/1984, nº 256/86 de 27/8/1986 e nº 8/89 de 21/3/1989.

modo nenhum funciona como alternativa, como acontece nos casos estudados por Graça Joaquim no Norte de Portugal⁴⁶.

Algumas das maiores herdades estão coutadas, segundo o regime cinegético especial, e organizam caçadas para vender, o que também obrigou à construção de instalações de apoio. Além do repovoamento das espécies cinegéticas, neste caso veados, javalis, raposas, lebres, coelhos, perdizes, faisões, patos e várias outras aves, esta actividade obriga a cuidados especiais com o estado das terras e com a agricultura que lá se pratica, pois os animais têm de ter uma alimentação rica e variada. Ao contrário da ideia comum sobre o absentismo e o latifúndio, e sobre os coutos onde nada se produz, uma herdade com muita caça tem necessariamente de ter alguma produção. Por exemplo as perdizes precisam de campos semeados para se alimentarem e ninguém melhor do que um agricultor com experiência e, na maior parte dos casos nas gerações mais novas com formação académica, para praticar uma agricultura que permita o enquadramento de todas estas actividades e a dita "multifuncionalidade do espaço rural". Ao mesmo tempo, para estas famílias a caça é uma das principais actividades sociais e de lazer, mais do que uma verdadeira actividade económica, que lhes permite, em acumulação, rituais de sociabilidade e demonstrações de poder económico recuperadas do passado. Associada a esta actividade encontra-se a criação de cães de matilha e o apuramento de raças portuguesas, com especial destaque para o podengo.

6. As novas ruralidades

Sem dúvida que o "campo" adquiriu características de local de recreio até para os grupos que ainda há poucos anos não tinham tempo nem condições para o lazer. Como local de trabalho a ruralidade perdeu grande parte do seu significado. As terras são agora usadas para actividades lúdicas que incluem não apenas a caça, mas as próprias hortas onde alguns idosos entretêm as suas reformas, ou os caminhos onde os

⁴⁶ A autora descreve que em Ponte de Lima se verifica grande incidência desta prática, sobretudo por pessoas de fora, com habilitações superiores e grande poder económico, que utilizam este meio para

estudantes e alguns jovens fazem passeios a pé e de bicicleta. De qualquer modo, a estrutura fundiária da região ainda reserva a maior parte das terras às elites que as possuem ou às outras elites urbanas com poder económico para pagar a sua frequência, tanto sob a forma de alojamento como a compra de caçadas, que podem implicar, consoante as espécies, somas consideráveis.

Quanto aos grandes proprietários que os recebem, há uns que até gostam de entreter os hóspedes, mas outros nem tanto... Falta-lhes a paciência para as pessoas da cidade que confundem veados com lebres e cujos filhos nunca viram galinhas vivas ou borregos aos saltos. E que dizem que o fiambre vem do supermercado. Mas para os visitantes é uma experiência única e fascinante, que, por enquanto, se limita a alguns fins-de-semana por ano. Ao contrário dos países do norte da Europa, onde as férias "no campo" ou "na montanha" são um hábito instituído, em Portugal apenas um grupo muito reduzido descobriu ou deu valor a esta alternativa às praias. Por outro lado, já se verifica algum investimento por parte de pessoas da capital em montes e casas de fim-de-semana recuperados para esse fim.

No entanto, esta tendência é diferente da que se verificou no século XIX quando os "barões", industriais enriquecidos, compraram herdades no Alentejo e se dedicaram à agricultura como meio de promoção social, transpondo para as terras o seu dinamismo empresarial e adquirindo prestígio local e nacional com isso. Depois dos antigos rendeiros que passaram à condição de proprietários e continuam a ser agricultores activos como os seus pais tinham sido, quem compra agora terras no Alentejo quer sobretudo ter um *monte*, de preferência com alguma terra à volta para actividades de recreio e espaço para uma piscina, alguns cavalos, ou mesmo pistas de aviação para não terem de enfrentar as estradas com trânsito. Estes novos proprietários querem apenas abandonar temporariamente as suas vidas urbanas poluídas e *stressantes* em nome de uma certa "qualidade de vida". Quando para lá vão geralmente isolam-se e não vão sequer às vilas e aldeias mais próximas (que de qualquer modo têm o comércio fechado ao

sábado à tarde e ao domingo), não participando de todo em quaisquer actividades sociais ou culturais que eventualmente se realizem. Não conhecem as populações e a sua existência não contribui para nenhum aspecto positivo da vida económica ou política dos concelhos. Pelo contrário: provocam uma inflação descabida dos preços do solo, fenómeno que é ampliado com a proximidade das barragens⁴⁷.

O comportamento destes turistas acaba por ser semelhante ao dos filhos dos grandes proprietários pertencentes às elites tradicionais. Mesmo que os pais sejam até agricultores activos, inevitavelmente os jovens acabam por ter de ir estudar para fora, quase sem excepção para Lisboa, onde criam outras redes de sociabilidade e eventualmente seguem percursos académicos e profissionais que os afastam da administração directa das terras da família. Grande parte dos jovens destas famílias passa realmente parte das férias nas suas herdades, onde praticam os desportos mais adequados ao grupo social em que estão inseridos: equitação, alta escola e tauromaquia, alguns pertencem a grupos de forcados, quase todos possuem *jet-skis*, *quads*, fazem *moto-cross*, passeios de *jeep* em preparação para *raids* de *todo-o-terreno*, caçam..., ao contrário dos seus pais que, "no seu tempo", nem à caça podiam ir porque tinham as herdades ocupadas... Mas não dispensam as "outras" férias no Algarve de Verão e nos Alpes para os desportos de Inverno.

E depois há toda a carga simbólica que está a ser recuperada com as festas de anos, casamentos e baptizados, os almoços das caçadas e outros ritos de sociabilidade que voltaram a poder desenrolar-se normalmente, depois do intervalo "traumático" da reforma agrária e dos primeiros anos que lhe seguiram. Entretanto as actividades económicas deste grupo já não estão centralizadas nas vilas, as políticas são irrelevantes e as de lazer definitivamente não passam por lá. Para residência urbana têm as casas de Lisboa ou Cascais e os laços que lhes importa reforçar são os que têm com a terra, o que tornou os centros históricos das vilas autênticos desertos de casas

⁴⁷ António Ferreira Cardoso chamou a isto a "comercialização da *rural life*", *op. cit.* O autor desenvolveu ainda diversas questões legislativas relacionadas com o Turismo em Espaço Rural e respectivos programas comunitários.

apalaçadas com dimensões enormes, mas que se encontram praticamente abandonadas. A sua simples existência, contudo, permanece um marco da presença destas famílias na história das vilas e aldeias da região. E faz parte do património histórico que necessita ser preservado, segundo o discurso recente das autarquias, que finalmente começaram a interessar-se pelos aspectos culturais como forma de atractivo ao investimento exterior e à promoção turística. Por esse motivo assistimos à realização de eventos como feiras medievais e gastronómicas, ou, como em Mértola, à promoção do turismo de habitação na vila em complemento à exploração do património arqueológico e até à criação de sites na internet onde esses temas são apresentados com grande destaque⁴⁸. Por exemplo no distrito de Portalegre: a festa das flores em Campo Maior sempre se realizou de 4 em 4 anos; ultimamente passou a ser anual. A feira de queijos de Nisa e a *Fescaça* em Sousel também adquiriram uma importância que ultrapassou as fronteiras habituais do distrito. É importante salientar o interesse destas entidades em promover a criação de emprego local e a fixação da mão-de-obra. Daí a motivação em animar a vida económica dos concelhos e, consequentemente, atrair eleitores.

Também grandes empresas se juntaram a esta tendência, como é o caso de alguns produtores de vinho. Por exemplo a casa José Maria da Fonseca apostou na tradição e na promoção da sua história para prestigiar os seus produtos. E mesmo empresas de outros ramos, como por exemplo a banca, investiram fortemente no meio rural como complemento das suas actividades financeiras. É o caso do grupo Espírito Santo ou da Fundação Oriente que criaram complexos turísticos ligados à saúde e ao termalismo (com o moderno nome de *Spas*) nas antigas termas de Monfortinho e Monchique respectivamente. Ambas utilizam ostensivamente na sua publicidade a história do local, recuando ao período da ocupação romana da península. E ambas salientam os conceitos de "bem-estar" e "saúde" associados ao meio rural e às actividades nele praticadas,

⁴⁸ Ver, por exemplo, www.mertolaonline.com.

desde os passeios pedestres ou de BTT pelas florestas locais, à caça, pesca, "safaris fotográficos" e "circuitos de aldeias históricas"⁴⁹.

Igualmente na Companhia das Lezírias o discurso foi recentemente alterado para integrar estas características. Depois de um passado turbulento desde a sua criação em 1836, da nacionalização em 1975 e da sua conversão em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos em 1989, no qual o Estado português é o maior accionista, actualmente a Companhia detem 19.400 ha e promove uma "filosofia de crescimento sustentado"⁵⁰. As suas produções agrícolas e pecuárias são variadas e conjugam-se com actividades de agro-turismo, desportos equestres, passeios pedestres, campos de férias, quinta pedagógica, caça e gastronomia. Nas palavras do seu presidente em 1997, os principais objectivos da empresa incluem o aumento da produção e o reforço do tecido social da região para atrair as famílias que aí vivem e trabalham, além do uso da estrutura fundiária para desenvolver e preservar o património da região, tanto animal como silvícola. Enfim, e isto aplica-se a todo o meio rural português actual:

"A complementaridade entre a agricultura e o agro-turismo é fundamental para o desenvolvimento e a subsistência da Companhia das Lezírias"⁵¹. Os agricultores e as populações rurais já não podem sobreviver exclusivamente da agricultura, especialmente com o desaparecimento dos fundos europeus que os mantiveram em actividade nas últimas duas décadas. A multifuncionalidade é a nova regra e o agro-turismo passou a ser uma parte fundamental de uma empresa agrícola moderna e da vivência das populações rurais em geral.

⁴⁹ "Locais de saúde e bem-estar. Termas de Portugal", *Expresso*, Dossiês Especiais, 24/4/2004. Ver também sites www.termasdeportugal.pt, www.monchiquetermas.com e www.monfortur.pt.

⁵⁰ Ver site www.cl.pt.

⁵¹ Antonino Rodrigues - "Companhia das Lezírias. Qualidade e tradição desde 1836", Dossier Especial "A Companhia das Lezírias e os cavalos", *Expresso*, 29/3/2002, p. 8.